

TURBULÊNCIA GLOBAL

BC vai cortar remuneração de banco que não comprar carteira

Apenas 30% do compulsório poderá ser usado para aquisição de títulos, que rendem 13,75%

CELSO JUNIOR/AE



ALONGAMENTO – Durante sessão do CAE, no Senado, em que foi decidida destinação dos recursos do compulsório, Meirelles faz exercício para aliviar problema de coluna

Fabio Graner
BRASÍLIA

Preocupado com a persistência dos problemas de falta de liquidez, o Banco Central (BC) resolveu carregar mais na mão para estimular as operações de compra de carteira de crédito e outros ativos de bancos pequenos e médios por instituições de grande porte. Em circular publicada ontem, o BC mudou a forma de recolhimento do compulsório sobre depósitos a prazo – como os CDBs –, para penalizar os bancos que mantiverem seus recursos parados no BC, em vez de fazer o dinheiro circular.

Hoje, 15% dos depósitos a prazo captados pelos bancos são recolhidos compulsoriamente junto ao BC, mas a regra determina que isso seja feito por meio de títulos públicos federais, que rendem a taxa básica de juros, hoje em 13,75% ao ano. Com a medida, a partir do

dia 14 de novembro os bancos poderão recolher junto ao BC apenas 30% desse compulsório em títulos públicos.

Os outros 70% terão de ser recolhidos em espécie, sem qualquer remuneração, caso os bancos não se utilizem da prerrogativa, concedida ainda na primeira metade deste mês, de utilizar o dinheiro para adquirir carteiras de crédito de outras instituições de pequeno e médio e porte (com patrimônio de até R\$ 7 bilhões). Com isso, o BC pretende fazer circular cerca de R\$ 28 bilhões.

Os grandes bancos também estão autorizados a comprar com os recursos outros ativos de instituições de menor porte, como direitos creditórios de leasing, títulos de renda fixa emitidos por entidades privadas não financeiras integrantes de fundos de investimentos, e depósitos interfinanceiros (DI) de instituições financeiras que não se-

CMN facilita venda de créditos

... No esforço para incentivar bancos pequenos a vender suas carteiras de crédito, o Conselho Monetário Nacional (CMN) antecipou ontem a vigência das regras que alteram o registro contábil dessas operações. Agora, bancos que venderem ativos com prejuízo poderão diluir o resultado nos balanços trimestrais. As regras passam a valer em novembro e não em janeiro de 2009.

Assim, as normas atuais, que produzem efeito imediato no balanço dos bancos, deixarão de

valer. No mercado, analistas têm dito que grandes bancos têm feito propostas abaixo do valor real das carteiras por desconfiar da qualidade dos créditos, o que estaria impedindo alguns negócios.

O chefe do Departamento de Normas do BC, Amaro Gomes, explicou que a decisão de antecipar a medida foi tomada pelo CMN porque há o “entendimento de que a antecipação pode facilitar a cessão” das carteiras de crédito entre as instituições financeiras. ● F.N.

ocorrendo na medida esperada. E, assim, estudamos medidas adicionais para fazer com que se assegure que esses recursos cheguem na ponta.”

O economista-chefe do banco BES Investimento, Jankiel Santos, elogiou a medida do BC e disse que ela significa um “basta”. “Esta medida vai acelerar a forma como os recursos chegam às instituições de pequeno e médio porte.” Ele calcula que, se os bancos não utilizarem o mecanismo eles perderão R\$ 15 milhões por dia.

O economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Gomes de Almeida, elogiou a medida, mas lamentou que se limite à compra de carteiras de crédito e não inclua financiamentos para empresas e consumidores. ● COLABOROU RENEE PEREIRA

‘O sistema bancário já está respirando mais’

Segundo Mantega, houve melhora na liquidez do mercado e no crédito para exportação

Ribamar Oliveira
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, disseram ontem que os dados da economia brasileira já indicam melhora não apenas na liquidez do mercado, como também nos financiamentos às exportações, que tinham sido muito afetados pela crise internacional. “Sinto que estamos numa situação diferente, pois conseguimos aumentar a liquidez e o sistema bancário já está respirando mais”, afirmou Mantega, durante audiência pública na

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Meirelles apresentou um gráfico que mostra que as operações de antecipação de contrato de câmbio (ACC), feitas pelos exportadores, já foram retomadas, embora ainda não tenham atingido o nível pré-crise. “Eles (os ACC) não atingiram o pico anterior, mas esse processo está se restabelecendo”, disse Meirelles, ao enumerar as medidas já adotadas pelo governo para restabelecer os financiamentos às exportações e reconstruir o crédito interno.

Ele ressaltou que não há no Brasil, ao contrário de outros países, paralisação completa do crédito. Admitiu, no entanto, que as médias diárias de em-

préstimos caíram “um pouco” no início da crise. Dados do BC relativos a outubro mostram que houve contração média de 5% do crédito. Em meados do mês, o BC havia informado que a queda média era de 13%.

Mantega acha que a crise pode estar cedendo, diante das medidas adotadas por nações mais desenvolvidas. “Acredito que poderemos estar entrando em uma fase mais amena da crise, embora ela ainda seja muito grave. Mas não tão aguda quanto nesse um mês e meio que passou”, afirmou. “A crise será prolongada, mas podemos estar entrando numa fase menos aguda. O sistema financeiro internacional dá sinais de que voltou a funcionar, pois as operações

de interbancário (empréstimos entre bancos) voltaram a ocorrer.”

Para regularizar a situação do mercado de câmbio e conter a alta do dólar, Meirelles disse aos senadores que o BC injetou US\$ 32,8 bilhões no mercado interno. Desse total, segundo ele, US\$ 4,6 bilhões saíram das reservas internacionais do País. O restante foi resultado de operações realizadas pelo BC no mercado futuro de dólar. Nesse total, estão computadas vendas diretas das reservas no mercado de câmbio à vista, empréstimos com compromisso de recompra, swaps cambiais e empréstimo para o comércio exterior.

Por causa da forte desvalorização do real, Meirelles infor-

mou que a dívida líquida do setor público atingiu seu nível mais baixo desde setembro de 1998, fechando o mês de outubro em torno de 37% do PIB. No fim de agosto deste ano, a dívida líquida estava em 40,5% do PIB. ●



Leve mais saúde para casa.
Leve carne nelore natural.



Saiba onde encontrar: www.nelore.org.br

BB não poderá mais comprar Nossa Caixa sem licitação

BRASÍLIA

O governo aceita fazer algumas mudanças na medida provisória 443, que autorizou o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal a comprar bancos e outras empresas, segundo informou ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Além de estabelecer um prazo para a validade da MP, proposto inicialmente pelo líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), Mantega acatou a sugestão feita pelo presidente do PP, senador Francisco Dornelles (RJ), de retirar da autorização para que o BB e a Caixa possam comprar outros bancos públicos sem licitação. Essa medida, se fosse mantida, facilitaria a venda da Nossa Caixa para o BB. “Isso pode ser corrigido”, disse Mantega.

Outra mudança aceita por Mantega diz respeito à autorização de compra de ações de empresas pela CaixaPar (o banco de investimento da Caixa criado pela MP 443). O ministro da Fazenda explicou que a redação desse artigo não ficou adequada, pois a intenção do governo era de restringir a ações de empresas da área de construção civil. “Do jeito que ficou deu a entender que podia comprar ações de qualquer empresa.” Ele pediu desculpas porque, segundo ele, às vezes os ministros não têm tempo de ler mais detalhadamente o texto das MPs por causa da pressa.

E a compra dos papéis será em pequena quantidade. “Não será a compra do controle acionário”, disse. “A intenção é que a Caixa contribua para dar capital de giro para as empresas da construção civil, de tal forma que elas mantenham os empreendimentos em execução. Se para isso bastar comprar apenas debêntures dessas empresas, não há problema. Pode ser”, afirmou.

Os senadores presentes à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, onde o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, prestaram esclarecimentos sobre as medidas antitruste, criticaram o caráter “estatizante” da MP. Mantega negou que a intenção do governo seja estatizante. Segundo ele, a medida foi adotada para ampliar as alternativas de compra de bancos e resolver um problema emergencial.

O presidente do BC, Henrique Meirelles, deu um susto nos senadores ao inesperadamente flexionar o corpo para frente. Ele quase bateu o rosto na mesa no movimento. Houve um murmúrio geral, seguido de risos. “Agradeço a preocupação de alguns senadores que acharam que eu estava tendo um enfarte”, disse Meirelles explicando que sofre de um problema na coluna e que, por isso, às vezes, precisa se alongar. ● R.O.

SESI

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2008
Contratação de empresa para prestação de serviços de comunicação visual

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI) comunica a abertura do Pregão Presencial nº 165/2008, com o objeto acima. O edital completo e demais informações estarão à disposição dos interessados para retirada no período de 31 de outubro a 05 de novembro de 2008, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, na Avenida Paulista, 1313, 3º andar, Cerqueira César, São Paulo, SP, ou pelo site www.sesisp.org.br. A entrega dos envelopes, especificados no Edital, se dará até as 13h45 do dia 11 de novembro de 2008, no referido endereço. A sessão de abertura, conforme cronograma, ocorrerá no mesmo dia e local, às 14h00. Gerência de Licitações – GL

